

APRESENTAÇÃO

Observa-se, nesta segunda década do século XXI, o afloramento de um séquito de processos, elementos e estruturas sociais que redirecionam ou rearticulam as tradicionais formas sociais, políticas e econômicas típicas do século XX, que marcaram e ainda influenciam a sociedade brasileira e mundial. Emergindo historicamente em meio a momentos de crise e suspiros de retomada do ciclo de crescimento do capital, a articulação global dessas formas levou ao desenvolvimento de novas concepções teórico-práticas na área econômica (Globalização – Reestruturação Produtiva – Sociedade da Informação - Novas Tecnologias – Novos modelos de Trabalho – novo Modo de Regulação Social, Sistema de Produção Flexível etc.).

Igualmente, desenvolveram-se novos referenciais de Estado e de Política (neoliberalismo, fim do Estado Nacional, redução do Estado, articulações geopolíticas e econômicas regionais, entre outras), bem como emergiram novas concepções e paradigmas culturais (pós-modernidade, nihilismo, multiculturalismo etc.). Estes fenômenos têm influenciado os processos de formação e qualificação dos trabalhadores, tendo influência sobre as lutas sociais deles decorrentes, estabelecendo os parâmetros compreensivos do momento histórico atual e influenciando na leitura de suas possibilidades de desdobramento futuro.

A transformação social das décadas anteriores e a crise atual atingiram a sociedade mundial numa amplitude nunca vista nos eventos precedentes, englobando as esferas econômica, política e cultural. Apesar disso, uma análise mais ampla e sob um paradigma totalizante e dialético sugere que as crises de superprodução, típicas do processo de reprodução expandida do capital, articuladas sob o Modo de Reprodução Social – MRS Fordista, foram o elemento catalisador das transformações sociais e produtivas subsequentes.

Os desdobramentos econômicos e políticos do capitalismo mundial hodierno (últimas duas décadas – 1990-2010) têm se refletido em frequentes crises de caráter mais, ou menos, setorial e localizado, podendo ser observadas de um panorama historicamente mais amplo e temporalmente alongado como manifestações esporádicas de uma crise permanente – endêmica que acompanha o processo de reorganização global da Produção Mundial decorrente da Reestruturação Produtiva generalizada.

Essa sequência de momentos de reestruturação e crises localizadas, agravada por modificações do perfil da demanda social de produtos, incitadas pelos novos comportamentos e perspectivas sociais impuseram a flexibilização das formas de produção, vinculadas ao reordenamento mundial dos fluxos de mercadorias e capitais, como a única saída para a continuidade e expansão do sistema global do capital. A incerteza permanente, associada à

absoluta fluidez estrutural, no sentido mais superficial dos modelos da produção social capitalista, leva à instabilidade como processo central da sociabilidade (cultura e política) tanto quanto da economia.

Os padrões de competitividade empresarial, manifestação desses processos no nível microeconômico das unidades produtivas, passaram a exigir incrementos radicais nos índices de produtividade no trabalho, o que levou à implementação, no setor produtivo, das novas tecnologias. Essas foram associadas à busca por modelos de organização do trabalho mais eficazes e dinâmicos, no sentido de ampliar a geração de trabalho excedente. A redução de direitos do trabalho (apresentada pela mídia e pelos teóricos conservadores como “flexibilização de direitos”) foi o complemento social e político desse movimento de ampliação da submissão real e formal do Trabalho ao Capital, reduzindo salários indiretos e expandindo sob formas diversas a jornada de trabalho, com a consequente expansão da Mais-valia absoluta (a massa de trabalhadores passa a trabalhar mais: maiores jornadas, menos folgas, reduz-se férias remuneradas, entre outras formas de retrocesso das conquistas sociais do trabalho).

Acrescente-se a esse quadro, a financeirização da economia, no sentido não apenas da hegemonia do capital financeiro, num sentido clássico, mas da proeminência das decisões e direcionamentos advindos do mundo das finanças e da especulação financeira (que, ademais, já não é apenas rentista, tendo se tornado um setor dinâmico e direcionador dos processos de reprodução do capital na esfera mundial) sobre a totalidade da economia e da produção. Acoplado ao último aspecto, o descolamento entre a reprodução financeira e creditícia do capital monetário e a produção real de mais-valia, tem levado à pressão produtiva sobre o trabalho, estimulando, entre outros processos econômicos perversos, a naturalização de formas de “dumping” social¹, de destruição de direitos sociais e do trabalho, bem como favorecendo os processos de “bolhas” de crescimento e crises especulativas nas bolsas de valores mundiais.

Isto é o que se quer dizer quando se afirma que a Mundialização Capitalista, como manifestação da etapa atual do modo de produção e reprodução social sob controle do capital, representa a continuidade e aprofundamento de sua lógica central, sendo um processo de “permanência transformada”, não uma “revolução” como chegaram a apregoar muitos teóricos da sociologia do trabalho e das ciências sociais em geral, ao observar como fenômeno isolado

¹ Por “Dumping” se entende o processo de competição para pior, permitida pela comparação entre “custos” do trabalho entre países, regiões, estados, etc, a partir da possibilidade de deslocamento do capital. Como numa economia de mercado vende mais quem vende mais barato, o menor custo do trabalho se torna um fator diferencial decisivo na batalha da sobrevivência intercapitalista. Esses determinantes, em economias em que não existe controle social, estruturas estatais de proteção social fracas ou inexistentes, leva ao rebaixamento dos níveis de vida dos trabalhadores, permitido por baixos salários, menor carga de salários indiretos (direitos sociais), jornadas sem controle, entre outros procedimentos. Procedimento similar acontece no que se refere à exploração de recursos naturais: os locais em que se permite a exploração de recursos de forma descontrolada, sem mecanismos de proteção ambiental ou preocupações de preservação representam custos produtivos menores. As empresas que agem assim adquirem diferenciais “competitivos” positivos, sob a lógica do capital, apesar de nefastos numa lógica humana, social e ambiental.

as transformações tecnológicas, culturais, organizacionais e dos fluxos de informação por que passou e ainda passa o sistema produtivo.

Articulada com esses processos, a “Reforma do Estado”, a emergência das políticas neoliberais, entre outros aspectos de transformações políticas, representaram as condensações conceituais e ideológicas assumidas pelos encaminhamentos hegemônicos emanados das classes e grupos dominantes neste novo quadro societário. No mundo da cultura, albergados dentro do grande comboio da pós-modernidade, as ideias e concepções de fragmentação, irracionalismo, individualismo, nihilismo, pluralidade e diversidade desconexas, como exemplos de uma série de outras, têm, em geral, levado a práticas imobilistas e a atitudes conformistas e isolacionistas frente às novas formas e vivências da sociedade do capital.

Ao lado e por dentro desse processo, a “espetacularização” da vida, acentuada pela emergência de novos meios de comunicação globais (TV, internet – redes sociais virtuais – telecomunicações), cria uma aparência de democratização das comunicações que obnubila seu caráter de produtos da “indústria cultural”, baseados na alienação, no consumismo, no conformismo político e dos modelos de ser-viver aos ditames da cultura burguesa. O modelo social burguês atinge hoje o mundo Ocidental, Africano e Asiático, impondo-se sobre civilizações milenares, minando “por dentro” suas formas culturais. Se, anteriormente essas culturas eram “varridas” pela implantação substitutiva do “american way-of-life” que homogeneizava as formas sociais com a imposição dos formatos euro-ocidentais, hoje o processo se tornou mais insidioso e sutil. Já não se necessita destruir essas culturas, mas a questão central é “inocula-las com o vírus” do consumo conspícuo e dos valores aburguesados da cultura de massa. Pode-se continuar a viver como indiano, coreano, chinês, tailandês, palestino, aborígene ou em qualquer outro referencial étnico ou social, contanto que envolvido na matriz midiática consumista e politicamente conformista que emana dos centros capitalistas.

Apresenta-se, a nosso ver, como tarefa central do pensamento crítico e da intelectualidade que se declara como orgânica das grandes massas da população brasileira, componentes das classes trabalhadoras ou subalternas, o desenvolvimento de análises, teorias, estudos e versões baseadas na perspectiva transformadora ou revolucionária das relações e processos sociais e produtivos decorrentes da lógica do capital. Visa-se, desta forma, partindo de uma análise inserida e desenvolvida no cotidiano de lutas e vida dos setores subalternos, munir os elementos e grupos que, dentre os grupos contra-hegemônicos, intentem atitudes e práticas de combate frente a essa sociabilidade atual e a construção de processos sociais, políticos e educacionais centrados nos interesses e necessidades de humanização social e não das regras da economia capitalista, desumanas e ecologicamente destrutivas.

Claramente, essa mudança de foco de interesses e do centro articulador dos projetos sócio-político e econômico da sociedade significa deslocar o núcleo de sentido e de motivação da economia e de suas consequências sobre a sociabilidade geral (política e cultura), retirando o direcionamento do mero Desenvolvimento Econômico e da lucratividade ou do incremento produtivo, em si, para buscar como novo norte a “stela polaris” ou a “cruz do sul” do bem estar humano e de sua “felicidade social”.

Observe-se que essa assertiva não quer significar, nem significa um apelo ao mero voluntarismo ou ao “bom coração” das populações massificadas pela indústria cultural burguesa. Apenas se tornou perceptível, com clareza histórica atingível por análises que usem de isenção e profundidade, que o desenvolvimento e manutenção da lógica do “sistema”, se leva concretamente ao permanente caos socio-econômico, não aponta saídas “per si”. Por dentro da própria lógica do capital se encontra a destruição de forças produtivas (capitais e força de trabalho) pela guerra, para que o movimento de reprodução possa ser mantido entre os vencedores. A leitura mecanicista do velho marxismo dos partidos comunistas já não contempla as novas necessidades e os novos campos de análise e de lutas surgidos nos últimos decênios. É justamente neste espaço ideológico-educativo que vemos a necessidade de surgimento de novos caminhos de práxis sociais alternativas que eduquem, instiguem e movam as forças necessárias à mudança que se compreende hoje como um processo longo e permanente de vontade política, social e econômica.

Sem parecer redundante, mas no sentido de reforçar que as antigas lutas setoriais não são óbvias ou subsumidas na luta de classes geral, se faz necessário incluir referenciais humanistas plenos e radicais associados ao respeito ecossistêmico igualmente radical. Esse “Bem-estar humano e Felicidade Social, que contêm um definitivo núcleo de subjetividade política, necessitam ser definidos a partir de lógicas que também respeitem regras de sustentabilidade e equilíbrio ecológico planetário, superando a perspectiva apologética do industrialismo, cujos males vão além da lógica capitalista.

O surgimento de “utopias concretas”, para utilizar a expressão de Ernst Bloch, que alimentem sonhos concretos e a ação dos grupos sociais e dos indivíduos contra a resistência da sociabilidade capitalista, se torna cada vez mais claramente a única saída com possibilidade de unificar lutas cujo caráter ainda tem sido de mera resistência ou de negação. As lutas e grupos em luta carecem de referências concretas. Sem norteadores ideológicos, e elementos nucleadores comuns, a diversidade e pluralidade se mostram como divergências e exacerbam contradições internas de aspectos menores. A unidade dos subalternos é uma tarefa educativa, entendido o educativo no sentido amplo e formador de vontade e de caminho. Até porquê a

resistência do capitalismo, através de seus defensores e da subsistência de sua própria lógica sistêmica, não cederá sem lutar, das formas mais desumanas e cruéis que possamos imaginar.

A Revista Labor tem servido a essa resistência, daí o esforço hercúleo de manter-se em pé, diante de adversidades que se avolumam tanto na esfera humana quanto na tecnológica, passando, inclusive, pela burocracia dos órgãos de avaliação e fomento que, ao invés de impulsionar novas publicações, adorna-se, em especial nos dias em que estamos vivendo, de uma roupagem que dificulta a divulgação e a valorização da divulgação científica, sobretudo das regiões mais afastadas do centro econômico do país.

Olhando para esse volume, que conclui o número 21 de nossa Revista, publicamos mais 4 artigos, totalizando 11 nesta edição. Ao tempo que agradecemos aos autores a confiança na Revista Labor, pedimos desculpas pelas dificuldades enfrentadas ao longo deste ano, dificuldades que sabemos serem vividas por diversos editores de Revista ligadas ao viés marxiano.

O artigo que abre essa sessão de autoria de Consolação Linhares e Antonia Sousa, trata das contradições da reforma do Ensino Médio instituída pela Lei nº 13.415/2017 e expressa no documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma leitura atual e necessária posto as significativas mudanças que trazem ao processo educativo, sobretudo ao Ensino Médio.

No artigo seguinte Carolina Oliveira e Anna Beatriz Vecchia, apresentam como tem sido desenvolvida uma experiência de produção de material didático em audiovisual, elaborado para o suporte pedagógico dos professores das escolas indígenas das aldeias Guarani Mbya. Uma experiência rica e que pode servir de inspiração a diversos projetos, não somente de educação indígena, Brasil a fora.

O artigo de Debora Marques e Maria Aparecida Fernandes, o terceiro deste curto volume, relata as experiências enquanto profissionais da educação, atuando como supervisora pedagógica e professores em escolas de educação profissionalizante e de formação de jovens e adultos, aponta o que as distinguem e o que as aproxima, uma rica e didática leitura.

Por fim, Andresa Mutz e Raquel Gomes nos contemplam com um debate sobre educação financeira, apesar do texto não compor o campo tradicional da Revista Labor, apresenta um olhar interessante e vinculante ao mundo do trabalho, que nos aproxima dos métodos ideológicos que o capital tenta impor sobre os grupos subalternizados, sobretudo dos trabalhadores.

Esperamos que aproveitem a leitura, nosso esforço é sempre o de proporcionar um conjunto de estudos e pesquisa que possam fortalecer o debate no campo do Trabalho e da Educação.

Prof. Eneas de Araújo Arrais Neto

Editor da Revista Labor